

Quase horas do almoço: uma leitura de “Gula”, de Alice Vieira*

Paulo Nunes**

RESUMO

“Quase horas do almoço...” visa a leitura das entrelinhas do conto “Gula”, de Alice Vieira, escritora portuguesa contemporânea, em que se reflete sobre a relatividade dos sentimentos humanos, que, salvo engano, se tecem, na enunciação, através de incongruências e ironias. Através de uma prosa bem urdida, Alice Vieira aponta para o caráter ambíguo do ser humano, e o faz através de um singular banquete à lusitana.

— Diga... Por que os... livros ficam... Ficam... À margem? Por que também... o homem... Fica também... Na margem da... da... vida? Da nossa própria da... nossa própria... Consciência? Consciência? Hem? Diga-me!”. (DALCÍDIO JURANDIR, In: **Chove nos campos de Cachoeira**)

(...) mal vamos chegando, esfaimados pelo banho e pelo sol, começa-se a trabalhar firme. Mas atenção: não confundir com um self-service, nunca se poderia comparar uma taverna grega (...) com a fria impersonalidade de um self. Primeiro que se tem de tomar, a bem dizer, de assalto, uma mesa, verdadeira acrobacia. E logo nos enfiamos para a cozinha, e buscar o pão, o vinho resinoso (...) e quantas vezes não apanhamos o azeite, o vinagre, o sal, lavamos e temperamos a salada, se quisermos comê-la sem demasiada tardança... (LINDANOR CELINA, In: **Diário da Ilha**)

* Trabalho final da disciplina “Esvaziamento do mito e saber da escrita”, ministrado pela Profa. Dra. Lélia Parreira Duarte, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, no segundo semestre de 2003.

** Doutorando em Literaturas de Língua Portuguesa na PUC Minas. Professor da Universidade da Amazônia, Belém-PA.

LIVROS ENGANADORES: LEITORES TRAÍDOS?

Na contemporaneidade, ler um texto é tarefa, no mínimo, arriscada. É para quem lê, e o é também para quem cria. Sabemos, entretanto, que o escritor contemporâneo que se pretende lúcido tem clareza do importante papel desempenhado pelo leitor no jogo comunicativo da literatura, o próprio jogo irônico, que norteia diversas criações literárias e enfatiza a recepção da obra. Augusto Abelaira (1981), ao se ocupar do jogo romanesco, lucidamente, certa vez, afirmou:

Contar uma história não traduz unicamente o desejo de informar. Quem conta um conto (além de acrescentar um ponto) quer respostas, quer reações, não quer ouvintes passivos. Precisamente um dos prazeres de contar consiste em ver o outro intervir, interrogar.

O escritor português, portanto, realça a importância da recepção do texto literário. O que aumenta a responsabilidade do leitor diante dos labirintos da linguagem, do “jogo de gato e rato”, para utilizar uma expressão do autor de **O bosque harmonioso**.

Não sei se eu, leitor, estou de todo capacitado a esta cartada que põe em xeque a passividade, dribla a ingenuidade e a desatenção. Tentarei, entretanto, participar dela como um bom jogador, atento aos blefes e às falácias que se (inter)põem nesse processo. Estou ciente, entretanto, de que “um livro, tanto quanto um ser humano, é o depositário de uma verdade ou o receptáculo de uma mentira”, como afirma Guido Almansi. Estou ciente de que o texto literário é uma produção sinuosa. A linguagem que o constrói pode também desconstruí-lo. Desse modo, o leitor deve estar ciente do abismo que se mostra diante de si. É preciso, as mais das vezes, desconfiar, pois segundo Almansi (1978), “a cultura é traidora, os livros enganadores, e acima de tudo, os autores são mentirosos notáveis” (p. 7). Diante disso, o leitor não deve acreditar piamente em tudo o que lê. É ainda Almansi quem afirma: “Se ele [o leitor] aceita a informação que a obra dá sobre si mesma, sem procurar outras, sua carreira de leitor está votada ao fracasso” (p. 7).

É válido lembrar mais uma vez que um dos recursos de que lança mão

a literatura é a ironia, a qual, embora desestabilize-nos, sepultando certezas e tirando-nos do prumo, confere atemporalidade à literatura. Como afirma Lélia Parreira Duarte (1996): "Um dos grandes recursos da literatura de todos os tempos é a ironia. Seu princípio básico é, aliás, o mesmo da literatura: ambas se baseiam na impossibilidade de fixação de significados, isto é, na ambigüidade e na flutuação de sentidos" (p. 34). Assim, qualquer método de leitura que se queira lúcido não deve buscar a moral da história (os significados aparentes), mas sim perseguir a significância, que se constrói a cada página, a cada leitura. A ironia, por ser um dos recursos de que Alice Vieira lança mão no conto aqui estudado, torna nossa tarefa arriscada: eu, leitor, um trapezista na corda bamba. Viver é correr riscos.

GULA, UM NOME (IN)CONSAGRADO?

O conto "Gula", de Alice Vieira, insere-se na antologia **Os sete pecados capitais**, lançada em Lisboa, pela Editorial Notícias, no ano de 1998. Trata-se de um conto que narra o julgamento do bate-chapas (lanterneiro, para os brasileiros) Jerónimo Peixoto. Jerónimo, ao que tudo indica, é uma espécie de "gauche", uma vez que não tem amigos, não possui mulher nem filhos, o que demonstra que o beirão – assim são chamados os que nascem na Beira, região litorânea de Portugal – não se adaptou convenientemente à cidade grande.

Ironicamente, Jerónimo, segundo nos mostra o **Dicionário de nomes de pessoas**, de Sebastião Azevedo (1993), significa "nome sagrado". Não seria incongruente nomear deste modo uma personagem tão marginalizada? Talvez, pois, além das características já citadas, Jerónimo Peixoto (observe-se o jogo verbal, uma vez que em seu apelido – Peixoto – está contida a palavra "peixe"; peixe, aquele que sabe lidar, desenvolto, com as profundas águas do maremoto?), deduz-se, é um homem sem instrução e isso, aparentemente, pode tramar contra ele, fazendo com que a personagem se dê mal tanto na vida cotidiana (a sociedade capitalista é classista e valoriza mais os chamados "doutores" em detrimento dos "peões") quanto no julgamento a que está sendo submetido. A respeito disso há um curioso fato que nos faz, entretanto, refle-

tir. Nos contos populares tradicionais (e o que tem este enredo com as narrativas tradicionais?),¹ sabemos, a astúcia é uma arma utilizada pelos fracos para enfrentar os fortes.² Adélia Bezerra de Menezes (1995), com perícia, aplica esta idéia a **As mil e uma noites**:

E assim, noite após noite, Scherazade vai, com a ajuda da memória, conduzindo adiante o fio de suas histórias: vai tecendo as narrativas (...). Evidentemente, essa trama, essa rede narrativa eram frutos da astúcia de Scherazade: serviam para enredar o Sultão. Essa trama narrativa (trama quer dizer também procedimento ardiloso!) no limite significava... tramóia: a astúcia, velha arma dos fracos contra os fortes. E arma feminina, muitas vezes... (p. 44-45)

No contexto sócio-cultural que se desenha no enredo do conto “Gula”, de Alice Vieira, Jerónimo, aparentemente é o fraco, enquanto o juiz é o forte.

Mas voltemos agora nosso olhar para a “cena” principal do conto: o julgamento de Jerónimo Peixoto no tribunal de pequenas causas. O bate-chapas era acusado de, após “os aperitivos, o tintol e as mais de vinte cervejitas”, ofender a autoridade policial. O álcool, portanto, fez o operário ultrapassar o *métron*. Afinal um homem comum, de bem, “que nunca teve problemas com a justiça”, aparentemente insignificante, necessita de um estímulo artificial para enfrentar seus fantasmas, sair da mesmice do cotidiano (ele, que ironicamente era “nome sagrado”, mas morava na Buraca e fora festejar anos no Barreiro). E foi assim, alcoolizado, que ele desacatou a autoridade policial constituída e foi conduzido a julgamento: “Segundo os autos – que o juiz vai lendo em voz fria – ele é acusado de, sem motivo aparente, ter berrado para o polícia de guarda ao banco” (VIEIRA, 1998, p. 46).

¹ Alice Vieira é renomada autora portuguesa de livros para crianças e jovens. A escritora licenciou-se em Filologia Germânica. Jornalista, Alice dirigiu vários órgãos da imprensa escrita portuguesa; colaborou como redatora em diversos programas de televisão para crianças. Em 1996, o reconhecimento público levou Alice a ser indicada para o prêmio Hans Christian Andersen, uma espécie de Nobel da literatura Infanto-juvenil. Por tudo o que foi dito, penso que não se pode descartar de todo o uso das artimanhas dos contos populares – infantis ou não – na produção desta escritora, que teve já seus trabalhos traduzidos para diversos idiomas, entre eles, o francês, o russo e o alemão (fonte: projecto Vercial de Literatura Portuguesa: www.Ipn.pt/literatura/avieira.htm).

² Vide a Scherazade de **As mil e um noites**. In: MENESES, 1995.

No tribunal, o réu vive seu "rito dramático" (os julgamentos, salvo engano, têm muito de teatral). Jerónimo se vê diante de um juiz que tem fama de exercer com rigor e eficiência a magistratura: "... Este juiz costuma ser dos rápidos, dos que não perdoam nada a ninguém, tem dias em que chega a despachar dez casos numa manhã, então nas manhãs de segunda-feira costuma ser um verdadeiro corrupto..." (VIEIRA, 1998, p. 47).

O rigor e a cerimônia do julgamento, entretanto, apontarão para algumas incongruências que resultam de ironias bem arquitetadas por Alice Vieira, escritora experiente. Jerónimo, um "gauche", descobre, no decorrer da audiência, que o juiz é seu patrício. Justamente ele, um beirão que andava por aí, sem eira nem beira, à procura de alguém que lhe fosse íntimo ou com quem pudesse se identificar, encontra, ironicamente, no tribunal um patrício:

— Você é beirão? É beirão donde?

— De Freguesia do Teixoto, sotôr Juiz, ali mesmo no pé da Covilhã.

O juiz sorriu, o olhar subitamente perdido por montes e vales: — Grande terra, a Covilhã! Também nasci lá perto.

Jerónimo Peixoto nem quer acreditar: um patrício ali mesmo na sua frente, ele que os procura desesperadamente por todos os lados. (VIEIRA, 1998, p. 47)

Ao que se percebe, "o mundo é grande e pequeno", como diria o poeta Carlos Drummond de Andrade. A partir dessa re-velação, Jerónimo, movido talvez pela astúcia, buscará tirar proveito da situação. Ele, como que observando o meritíssimo, aguarda que o outro lhe dê um sinal, lhe "abra a guarda", para que ele, assim, coloque seu plano em voga, plano de sair ileso do julgamento a que estava sendo submetido.

O narrador heterodiegético, por sua vez, parece montar armadilhas de linguagem quando tenta induzir o leitor a pensar que Jerónimo era um homem tosco, de poucas ou nenhuma habilidades intelectivas. E assim uma fina ironia toma conta do texto, como se pode perceber no seguinte excerto: "Jerónimo Peixoto não percebe nada do que o juiz está para ali a dizer, mas decerto serão coisas muito bem ditas, nem ao contrário seria de se esperar de um juiz, ainda por cima seu patrício" (VIEIRA, 1998, p. 47).

Essa aparente ignorância do bate-chapas, no entanto, não se confirma. Ele, como disse, espera apenas um sinal de seu "interlocutor" para colocar seu

plano em voga. E esse sinal revela-se quando o outro enuncia o signo “comida”. Nesse momento, o texto parece envolver-se num movimento diferenciado. Como se pode perceber:

— Pois é (...) Isto de estar longe da terra e da família dá volta à cabeça de um homem... É outro ar que se respira (...), outra *comida*...

— Nem me fale, sotôr Juiz! A minha avó que Deus haja tinha uma tasquita lá na terra (...) A Cândida Morcelas, lembra-se?

Morcelas. Nova pancada no estômago [do juiz]... (VIEIRA, 1998, p. 47)

Teria Jerónimo recordado de ter visto a figura do juiz na tasca de sua avó? Talvez sim, ou pelo menos é o que insinua o diálogo, mantendo entretanto a dúvida no leitor.

A partir de então – “comida”, a palavra-chave, como o “Abre-te Sésamo!”, dos contos árabes de **As mil e uma noites** –, o julgamento passa a desenvolver-se sob outro ritmo, mais lento e compassado, para desespero dos assistentes que, aguardavam com expectativa, a hora do almoço (“Por este andar, nem amanhã saímos daqui. Estou frito, pensa o escrivão, olhando agora ostensivamente para o relógio” (VIEIRA, 1998, p. 47). A linguagem da interlocução, por exemplo, passa a girar em torno de um repertório culinário, como se os dois, esquecendo-se dos rigores do tribunal, estivessem ao redor da mesa, partícipes de um banquete no qual se fizessem comensais de fartos e deliciosos pratos. Daí o enfado, a formalidade e o rigor, que inicialmente marcavam o julgamento, cederem lugar à magia, a um novo encantamento (que lembrava os prazeres da infância), como se o magistrado pudesse esquecer as obrigações cotidianas que se lhe impunham para mergulhar no “maravilhoso mundo da glotonaria”. Leiamos o seguinte excerto, construído em discurso indireto livre:

Pena aquela mesa ser apenas uma velha mesa de madeira de uma sala de audiências, cheia de “dossiers”, códigos, papelada, e totalmente indiferente a qualquer tipo de magia. Um dia desses sairá do tribunal e vai ver se descobre por aí algum restaurante que sirva maranhos.³ Então ficará feliz. (VIEIRA, 1998, p. 48)

³ Segundo o **Dicionário Houaiss eletrônico de língua portuguesa**, *maranhos* é “iguaria de origem portuguesa, em cuja preparação entram arroz, pedaços de galinha e miúdos de carneiro, condimentados com hortelã”.

A se deduzir do que foi acima enunciado, o enfado marca a existência do magistrado, que procura evadir-se nos prazeres da gula. Não fora assim, o inominado juiz não sentiria necessidade de rememorar o conto infantil, o que transformava, em sua imaginação, "a mesa velha de madeira" numa outra, repleta de guloseimas das "melhores iguarias": "O juiz suspira. De repente recorda-se daquela história que em criança lhe contavam, do homem que tinha uma mesa mágica, bastava dizer-lhe 'põe-te, mesa!' e logo ela aparecia coberta das melhores iguarias" (VIEIRA, 1998, p. 48). O julgamento de Jerónimo, nunca é demais lembrar, acontece quando "são quase horas do almoço".

Mas como dissemos anteriormente, este conto de Alice Vieira pode ser lido também como uma espécie de linguagem sobre o método de como se regalar de deliciosas comidas para, então, viver-se mais feliz. A meu ver esta constatação pode ser observada através de dois vieses, a saber:

- a) Através da enunciação: não é à toa que o texto está atravessado de signos que reforçam os significantes relacionados a uma reflexão sobre as possibilidades das palavras, tais como "saboreando as sílabas", "ao tempo que não lhe vinha à idéia essa palavra", "pensando apenas em palavras como...", "essa palavra nem pertence a meu vocabulário...", "tento na língua", "voz da terra", "voz fria", "nem gosto de falar palavreado deste género" etc. Neste viés, acredito que possamos estar diante de um texto metalingüístico.
- b) Através de uma semântica gastronômica: a ênfase às palavras de um repertório, digamos, culinários atravessam o texto a partir de um certo momento (quando da enunciação pelo juiz do signo "comida"). Vejamos: "garfadas em chispe", "mão de vitela", "farinheira", "chouriços", "arrozinho saído do forno", "feijão encarnado", "pão cortado em fatias", "refogadinho com muito azeite", estas e outras expressões aqui não relacionadas, que fazem jus à fama de fartura da cozinha portuguesa.

MIGALHAS DE PÃO SOBRE OS PANOS DA MESA:
OUTRAS PISTAS EM BUSCA DA IRONIA

Abaixo, apontaremos aquilo que pensamos constituírem-se marcos de ironia no texto de Alice Vieira. No conto, o juiz, autoridade constituída, curiosamente não tem nome. Ele não passa de uma representação metonímica do poder judiciário. O operário, socialmente desprestigiado pela sociedade capitalista, por sua vez, recebe denominação valorativa. Afinal Jerónimo, como já foi dito, significa “nome sagrado”. Essa inversão de valores, a partir da narrativização do nome das personagens, faz do texto de Alice Vieira, penso, um exemplar da ironia literária, que desestabiliza o *status quo* da sociedade a que as duas personagens pertencem.

Outra manifestação irônica que se apresenta ao leitor parece ser decisiva para demarcar os papéis sociais no enredo. Refiro-me à identificação das duas personagens principais da narrativa. Ao contrário do que se possa pensar, Jerónimo e o juiz aproximam-se menos por pertencerem à mesma região e mais por ambos partilharem o mesmo pecado capital – a gula.⁴ É através da paixão por bons pratos que o papel social por eles exercido na trama é relativizado. O saber refestelar-se é que dá o grau de importância de cada um deles no mundo glutão que, de algum modo, eles constroem para si. O juiz parece reconhecer no outro um parceiro acima do bem do mal. Isso se confirma na medida em que o magistrado, passando por cima das evidências processuais, absolve o réu. Desse modo, a ironia acaba por aglutinar os socialmente opostos.

Incongruência maior talvez possa ser percebida na sátira que o narrador faz ao poder judiciário. Se centrarmos nosso olhar na figura do juiz, perceberemos que este, conforme já foi dito, é uma metonímia daquele. Ora, segundo o dito popular (a voz do povo é a voz de Deus?), a justiça é cega e vê! Isso, entretanto, não se aplica adequadamente ao nosso juiz, afinal, ele, diferen-

⁴ Márcia MORAIS (2001), em “A Gula: pecado capital ou pecado social?”, assim se manifesta: “A gula (...) é o quinto pecado na ordem da Teologia, mas, considerada em si mesma, há duas características que a distinguem dos demais vícios: o objeto da transgressão, no caso da gula, é o mais concreto de todos: o alimento, a comida; além disso, inerme, inerte, não oferece resistência e não se interpõe entre o sujeito e o seu objeto” (p. 92).

temente do que se possa pensar, mente quando isso lhe é conveniente (para a esposa, por exemplo, ele omite suas visitas às quintas-feiras ao Cantinho da Comida). Pois bem, se a justiça é cega e vê!, o magistrado *é cego e come!* Ou, melhor dizendo, *é cego porque come!*, pois foi justamente a gula que constituiu o seu "calcanhar de Aquiles", aquilo que fez com que Jerónimo fosse absolvido e a justiça, nesse caso, não exercesse a sua função.

Mais um indício de ironia – este através de uma marca gráfica –, pode ser percebida nos dois modos como o magistrado figura visualmente na enunciação do texto. O narrador grafa o signo "juiz" com J minúsculo ("... o juiz faz uma pausa...", "... Mas ele é juiz, não pode cometer loucuras..."). Essa mesma palavra, quando dita pela boca do réu, em discurso direto, é grafada com J maiúsculo ("... — Olhe que eu, sotôr Juiz, às vezes até me zango lá na oficina...", "... — Eu sou beirão, sotôr Juiz..."), o que demandaria, no contexto de representação social do julgamento, o respeito do lanterneiro para com a autoridade judiciária. Vale aqui, entretanto, um questionamento. Se Jerónimo era tão respeitoso com o juiz, por que ele, como convencionalmente aconteceria, não aceitou com passividade a condenação iminente no processo que lhe era movido pelo policial desacatado? Ao invés disso, Jerónimo, astutamente, percebe a "fraqueza" do magistrado e, lançando mão de um "método eloqüente", envolve o outro. O comum, numa situação como essa, seria o processo inverso. Afinal, os profissionais do Direito é que são preparados para seduzir, persuadir a audiência através de suas palavras. Em "Gula", o que se percebe é o contrário: os fios do discurso tecidos por Jerónimo acabam por envolver, enovelar, enrolar o juiz.

D. C. Muecke, em seu "Marcas da ironia", ao relacionar as evidências irônicas de um texto, aponta algumas marcas gráficas como elementos significativos para o reconhecimento da ironia. Dentre esses sinais, o estudioso destaca, entre outros, o ponto de exclamação, o uso de travessões e reticências. O texto de Alice Vieira, como se pode constatar, está repleto desses sinais – "índices de baixa dissimulação", segundo o teórico –, sobretudo nos diálogos travados entre Jerónimo e o juiz.

Finalmente, se nos reportarmos aos conceitos de gula, explorados por Márcia Morais, no artigo comentado em nota anterior, chegaremos finalmen-

te a Bakhtin e sua leitura de **Pantagruel**. Para Bakhtin, citado pela professora mineira, Rabelais enfatiza o significado elevado da comida para a vida humana, o que “lhe dá ordenação, uma cultura. Tudo porque a bebida e a comida não consagrados pela palavra é que são grosseiras: sua recusa e interdição é que fazem delas um mal” (MORAIS, 2001, p. 98). Jerónimo, através de seu método vérbico-gastronômico, não teria engendrado, através de sua palavra, o desejo do magistrado de livrar-se daquela cerimônia enfadonha para “mergulhar” em deliciosos pratos? O bate-chapas não induziu o magistrado a reacender o pecado da gula?

Se assim pensarmos, esse parece ser o significado de gula que mais adequadamente se aplica ao texto escrito por Alice Vieira. Sem testar seu astuto “método sobre a linguagem gastronômica”, Jerónimo Peixoto, penso, não teria condições de dar a volta por cima. Ele sequer livrar-se-ia da situação adversa em que se envolvera. Ou, como se diz em bom português brasileiro, ele não sairia dela “por cima da carne seca”. Não fosse isso, o beirão possivelmente não faria jus a seu “nome sagrado”.

Como se pode perceber, o texto de Alice Vieira, longe de apontar soluções convencionais e trazer à tona algum ensinamento, lança mão da verossimilhança para pôr em xeque as instituições. Ele nos faz refletir sobre nosso caráter ambíguo, nós que somos suscetíveis a carências, as quais, grande parte das vezes, podem ser, talvez, preenchidas tanto por uma boa conversa quanto por um bom prato. Seria o caso de se pensar que “em boca fechada não entra mosca”. Será?

ABSTRACT

“Quase horas do almoço...” (“About lunchtime”) aims at reading what is in-between the lines of the short story “Gula” (“Gluttony”), in which the relativity of the human feeling is perhaps depicted through the incongruity and irony of how the text is written. Alice Vieira’s well interwoven prose prompts the reader to human-being ambiguity, doing so in a singular Portuguese banquet.

Referências

- ABELAIRA, Augusto. O jogo romanesco. In: J. L. **Jornal de Letras, artes e idéias**. Lisboa, [19--].
- ALMANZI, Guido. O misterioso caso do abominável *tongue-in-cheek*. Trad. Luiz Morando. **Poétique**, Paris, n. 36, p. 413-426, nov. 1978.
- ASSIS, Rosa. **Chove nos campos de Cachoeira, de Dalcídio Jurandir**. (Ed. crit.) Belém: Edunama, 1998.
- AZEVEDO, Sebastião Laércio de. **Dicionário de Nomes de Pessoas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- CELINA, Lindanor. **Diário da Ilha**. Belém: Cejup, 1992.
- MUECKE, D.C. Marcas de ironia. In: **Cadernos Cespuc de Pesquisa**, série ensaios, Belo Horizonte, n. 2, p. 43-53, maio de 1996.
- DUARTE, Lélia Parreira. Missa do Galo: ironia romântica, humor e leveza. In: **Cadernos Cespuc de Pesquisa**, série ensaios, Belo Horizonte, n. 2, p. 34-42, maio de 1996.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/ Instituto Antônio Houaiss, 2002.
- MENESES, Adélia Bezerra de. **Do poder da palavra: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- MORAIS, Márcia Marques de. A gula: pecado capital ou pecado social? In: **Os sete pecados capitais**. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001. p. 89-104.
- <http://www.ipn.pt/literatura/avieira.htm>: Projecto Vercial de Literatura Portuguesa.

